

Um “grito de alerta” da população elvense durante a Primeira Guerra Mundial e pós-guerra (1914-1923)

Mariana Castro¹

Introdução

Esta investigação resulta do trabalho de pesquisa no âmbito da dissertação de mestrado em História Contemporânea. Na investigação procurou-se perceber o impacto económico-social da Primeira Guerra Mundial no concelho de Elvas, nomeadamente, no que diz respeito às preocupações e medidas implementadas pelas autoridades locais e as reclamações da população. Pretendeu-se ainda, compreender os principais debates, reacções e intervenções dos elementos constituintes da Câmara Municipal de Elvas, Câmara Distrital de Subsistências, administrador do concelho e o governador civil de Portalegre. Assim como, entender a intervenção dos caixeiros elvenses em torno dos problemas causados pela Grande Guerra.

Relativamente à metodologia utilizada, destaca-se a utilização de fontes provenientes do Arquivo Distrital de Portalegre, Arquivo Municipal de Elvas, a imprensa local (jornal *A Fronteira*, *Correio Elvense*, *Vida Nova*, *O Leste e Solidariedade*) e a bibliografia sobre a Primeira República no concelho elvense e as problemáticas em torno da importância da fronteira, como um espaço propício ao desenvolvimento de actividades de comércio ilícito (por exemplo, o trabalho de Arlindo Sena).

O impacto económico da Grande Guerra no concelho de Elvas (1914-1922)

A crise das subsistências atingiu o país durante o período da Primeira Guerra Mundial. O concelho de Elvas também não escapou às severas dificuldades provocadas pela escassez de bens de primeira necessidade (como por exemplo, o pão, as carnes, o açúcar, entre outros), à especulação, subida dos preços e à pobreza das classes mais desfavorecidas a favor dos que aproveitavam o contexto de guerra para

¹ Investigadora Integrada no Instituto de História Contemporânea (IHC) e doutoranda em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL).

criar fortunas, como o caso dos açambarcadores e os contrabandistas que exportavam ou importavam ilegalmente, fugindo aos direitos alfandegários.

Numa breve caracterização da situação económica no concelho de Elvas, destaca-se na agricultura, os gados e o trigo de centeio. Na indústria, a persistência das fábricas de conservas de frutas (a firma Guerra & Irmão) e a presença de lagares de azeite.² Ao nível das exportações, a cidade exportava grandes quantidades de sardinhas frescas, hortaliças e frutas frescas. Nas importações, as forragens, o pimentão, as hortaliças e os cereais.³ É de notar as grandes quantidades de sardinhas frescas que o concelho elvense exportava, podendo isto estar relacionado com o comércio que fazia com a região de Setúbal, assim como o azeite que vendia à mesma.⁴ Uma das possibilidades para a grande quantidade de sardinhas frescas que transitava, é que talvez esta mercadoria saísse de Elvas em direcção a Espanha para depois, em conserva de peixe, ser reexportada para a Alemanha.⁵

Em 1914, o concelho de Elvas deparava-se com o debate em redor do aumento do preço dos adubos por parte da União Fabril. Numa das reflexões do jornal, de cariz republicano, *A Fronteira*, era defendido o seguinte: “(...) o governo, metendo-se a regular o preço dos adubos (...), são hoje a condição imprescindível da produção cerealífera neste país que toda a gente considera essencialmente agrícola, não obstante a importação que fazemos, todos os anos, de muitas toneladas de cereais.”⁶ De acordo com este debate, a Comissão Executiva de Elvas comunicava o envio de um telegrama do Sr. Governador civil de Portalegre recomendando que a presidência

² SENA, Arlindo, “Notas históricas sobre a Primeira República em Elvas” in *Elvas Caia: Revista Internacional da Cultura e Ciência da Câmara Municipal de Elvas*, Lisboa, Colibri, 2007, p.146. Segundo a Estatística Agrícola de 1916, Elvas tinha cerca de 26 lagares de azeite e 32 motores. in Portugal, Direcção Geral de Estatística, Repartição de Estatística Agrícola, *Estatística Agrícola de 1916*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917, p.169.

³ *Estatística Comercial Comércio e Navegação*, Lisboa, Imprensa Nacional (1915-1918).

⁴ Segundo um ofício enviado pelo Sr. Agente de Navegação ao Sr. Administrador do concelho de Elvas, informava a venda de 10.500 litros de azeite para a Sociedade de Conservas Lda. de Setúbal. in Arquivo Municipal de Elvas (AME), Pasta nº2139/87, Ofício de 07 de Julho de 1920 do Sr. Agente de Navegação ao Sr. Administrador do concelho de Elvas.

⁵ Segundo o Sr. Domingos da Cruz, na sessão de 15 de Dezembro de 1915 da Câmara dos Deputados “(...) quem primeiro compra esse peixe são os exportadores, deixando os lotes por preço elevado, e fornecem em primeiro lugar o estrangeiro, do que resulta haver falta entre nós, fazendo-se isto por um processo simples: enviando grandes quantidades de peixe para Elvas, e, como o consumo ali não é grande e excede as necessidades do mercado, vai para Espanha todo quanto querem exportar, por isso que a letra da lei permite as exportações quando o género não faça falta ao consumo, (...)” in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº10 de 15 de Dezembro de 1915, p.6.

⁶ *A Fronteira*, 25 de Outubro de 1914, p.2.

deveria informar, à Direcção Geral da Agricultura, a quantidade de milho e centeios necessários para o consumo do concelho até à próxima colheita.⁷

A preocupação com a recolha de informação sobre a existência dos bens de primeira necessidade continuou ao longo do ano de 1915. Todavia, outros problemas surgiram, decorrentes do contexto de guerra, ou seja, a crise das subsistências e a subida dos preços. No jornal *A Fronteira*, o Dr. João Camoesas já falava desta questão das subsistências como um problema que ainda não tinha assumido contornos excessivos, mas que era necessário um esforço e espírito de sacrifício para sobreviver ao contexto de uma guerra.⁸ Na realidade, a situação ainda não era grave porque a Companhia de Moagens a Vapor adquiria e armazenava o trigo, contribuindo para que este bem essencial não faltasse, pelo menos nos primeiros anos de guerra.⁹

No mês de Março e Abril, apesar de algum conforto com a acumulação de trigo armazenado, a miséria grassava nas famílias com mais carências. Por isso, a Câmara Municipal de Elvas promove a distribuição da sopa gratuita para os trabalhadores, para cerca de 215 famílias.¹⁰ Nos últimos meses de 1915, o intuito das medidas da câmara municipal era impedir que os açambarcadores de géneros de primeira necessidade elevassem os preços em seu benefício próprio e que os contrabandistas transitassem com mercadorias para vendê-las ilegalmente no país vizinho. A título de exemplo, num ofício do Sr. Governador Civil de Portalegre, Joaquim Portilheiro, ao Sr. Director da Manutenção Militar era comunicado que na Estação de Elvas encontravam-se detidos, pela Guarda Fiscal, 48 sacos de trigo.¹¹ Também cerca de umas centenas de cabeças de gado eram apreendidas a uns contrabandistas, sendo posteriormente vendidas em leilão.¹²

A questão das subsistências ganham contornos mais graves em 1916, onde dia após dia os preços aumentam e os açambarcadores e contrabandistas intensificam a sua actividade clandestina, empobrecendo ainda mais as classes trabalhadoras. No mês de Fevereiro, o Governo português promulgava a Lei nº480, pelo qual, junto do

⁷ AME, Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas, Sessão ordinária nº4, 19 de Janeiro de 1914.

⁸ *A Fronteira*, 25 de Julho de 1915, p.1.

⁹ *Correio Elvense*, 06 de Março de 1915, p.1.

¹⁰ AME, Relação das pessoas a quem foram distribuídas senhas para a sopa económica, em 1915.

¹¹ Arquivo Distrital de Portalegre (ADP), Copiadores de telegramas expedidos (1ª Repartição), Série 005, Maço 13, Ofício de 27 de Setembro de 1915 do Sr. Governador Civil de Portalegre ao Sr. Director da Manutenção Militar.

¹² *A Fronteira*, 19 de Dezembro de 1915, p.1.

Ministério do Fomento funcionaria uma comissão, denominada Comissão Central de Subsistências, competente por estudar as questões relativas às matérias-primas e mercadorias de primeira necessidade e, ainda, assegurar o abastecimento dos mesmos. Nos distritos era criada uma Comissão Distrital de Subsistência, constituída pelo governador civil, o presidente da comissão executiva da Junta Geral do Distrito, inspector de finanças, presidente da comissão executiva do município da sede do distrito e mais cinco indivíduos que o Ministério do Fomento nomeava.

A Comissão Distrital de Subsistências de Portalegre enviava para o administrador do concelho de Elvas diversos ofícios e circulares, com diversos assuntos, desde a autorização para a saída de mercadorias, compra e venda de bens de primeira necessidade até sobre a necessidade de abastecimento entre os concelhos de distrito. A título de exemplo, no ofício de 11 de Julho de 1916, comunicava a autorização para a compra de pequenas quantidades de trigo e no mês seguinte, outro ofício sobre o envio de carvão do concelho de Campo Maior para o concelho de Elvas.¹³ Mas a comissão também controlava outro tipo de realidades, nomeadamente o comércio clandestino de mercadorias. Num ofício que enviava ao administrador do concelho de Elvas, informava que o Governador Civil de Évora tinha verificado a passagem de um individuo com 404 cabeças de gado sem guias, desconfiando que estas fossem destinadas a Espanha.¹⁴

Em 1917, a falta de trigo para fabricar pão começa a tornar-se numa realidade. No mês de Fevereiro, a Comissão Distrital de Subsistências de Portalegre envia um ofício ao administrador do concelho de Elvas a comunicar que em virtude da grande falta de trigo, autorizava o fabrico de pão com farinha de trigo e misturas de farinha de centeio, fava e milho.¹⁵ Também nas sessões da Comissão Executiva do concelho elvense, o problema da carência de trigo é colocado na mesa de debate, deliberando esta que, por motivo das dificuldades sentidas, o pão fino, exclusivamente de farinha de trigo de 1ª qualidade, tivessem o preço de 6 e 12 centavos, assim como o pão de

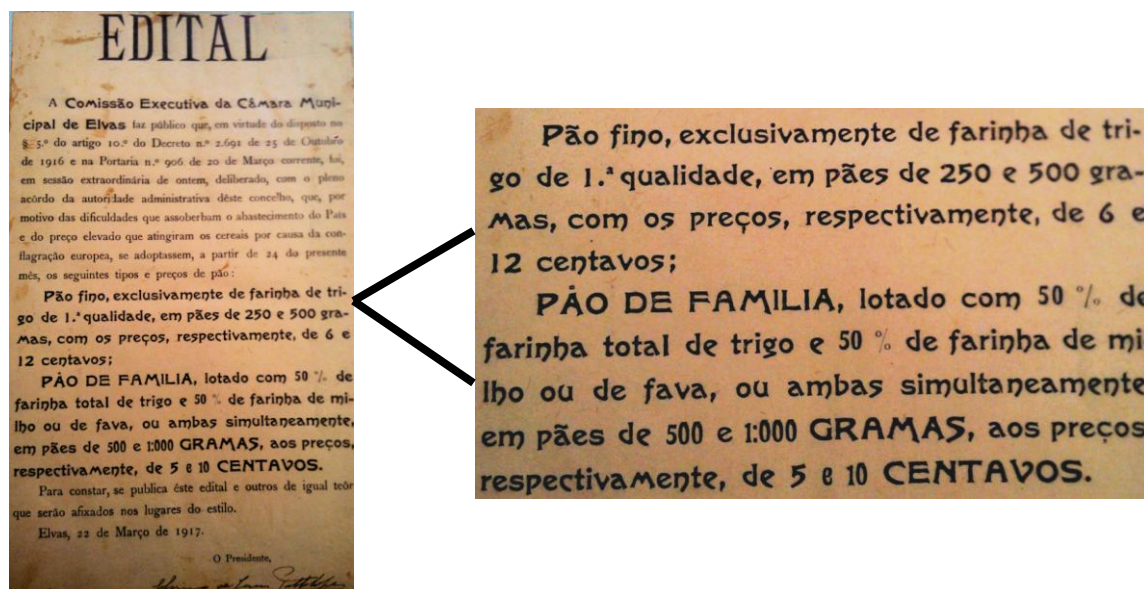
¹³ ADP, Livro de correspondência expedida da Comissão Distrital de Subsistências (1916-1917), Maço 52, Ofício nº116 de 11 de Julho de 1916 da Comissão Distrital de Subsistências ao Sr. Administrador do concelho de Elvas. Ofício nº154 de 08 de Agosto de 1916 da Comissão Distrital de Subsistências ao Sr. Administrador do concelho de Elvas.

¹⁴ ADP, Livro de correspondência expedida da Comissão Distrital de Subsistências (1916-1917), Maço 52, Ofício nº111 de 10 de Julho de 1916 da Comissão Distrital de Subsistências ao Sr. Administrador do concelho de Elvas.

¹⁵ ADP, Livro de correspondência expedida da Comissão Distrital de Subsistências (1916-1917), Maço 52, Ofício nº40 de 21 de Fevereiro de 1917 da Comissão Distrital de Subsistências ao Sr. Administrador do concelho de Elvas.

família, lotado com 50% de farinha total de trigo e 50% de farinha de milho ou de fava, tivessem os preços de 5 e 10 centavos.¹⁶

Ilustração 1 – Medida da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas em relação ao pão



Fonte: AME, Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas, Sessão nº6 de 27 de Fevereiro de 1917. Livro do Registo de Correspondência enviada, 22 de Março de 1917.

Em média, ao longo dos meses, o preço o pão de 1ª e 2ª qualidade aumentavam na região elvense, provocando uma grande inquietação no seio da população elvense. A Comissão Distrital de Subsistências de Portalegre para impedir a saída do pão do concelho de Elvas solicita ao administrador do concelho para que este fizesse uma rigorosa fiscalização da estação do caminho-de-ferro e que procedesse à apreensão de todo o pão que fosse encontrado sem um guia de trânsito.¹⁷

Relativamente aos outros preços dos géneros alimentícios que apresentaram, no concelho de Elvas, uma subida acentuada, entre 1916 a 1919, destacam-se os seguintes: o bacalhau; a carne de porco (fresca); o chouriço de carne; o toucinho e o café. Produtos como o açúcar e os ovos começaram a subir principalmente no

¹⁶ AME, Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Elvas, Sessão nº6 de 27 de Fevereiro de 1917. Livro do Registo de Correspondência enviada, 22 de Março de 1917.

¹⁷ ADP, Livro de correspondência expedida da Comissão Distrital de Subsistências (1917-1918), Maço 52, Ofício nº411 de 28 de Novembro de 1917 da Comissão Distrital de Subsistências ao Sr. Administrador do concelho de Elvas.

primeiro semestre de 1918. O chouriço de carne que, em média, no segundo semestre de 1916 não custava mais do que 1\$00, em 1919, já atingia os 2\$00. O toucinho que em Janeiro de 1917 custava \$54, em 1920, atingia os 1\$80. O chouriço de carne que no início de 1917 custa \$80, em 1920, aumenta para 2\$40.¹⁸ Este facto está intimamente relacionado com a carência destes bens e por muitos estarem sujeitos a açambarcamento ou contrabando, realizado pela população local ou por espanhóis que visitavam a região elvense.

Tabela 1 – Preços dos principais géneros alimentícios, no concelho de Elvas, no mês de Janeiro, entre 1917 e 1920 (em escudos, kgs., litros e dúzia)

Designações	Jan. 1917	Jan. 1918	Jan. 1919	Jan.1920
Arroz	\$20	\$44	\$56	\$80
Bacalhau	\$50	\$96	\$90	1\$20
Batatas	\$05	\$07	\$14	\$30
Carne de porco (fresca)	\$50	\$20	1\$80	2\$40
Chouriço de carne	\$80	1\$20	1\$80	2\$40
Pão de milho ou de centeio	-	-	-	-
Pão de trigo (1ª qualidade)	\$11	\$34	\$50	\$50
Pão de trigo (2ª qualidade)	\$09	\$14	\$18	\$22
Peixe miúdo (sardinhas)	\$25	\$60	-	-
Toucinho	\$54	\$76	1\$24	1\$80
Café	\$80	\$70	1\$30	1\$60
Açúcar	\$40	\$52	1\$30	\$70
Ovos	\$52	\$72	\$60	-

Fonte: Boletim da Previdência Social, nº5, Lisboa, M.T.P.S, 1917-20.

A Comissão de Subsistências constituída, em 1918, pelo presidente Dr. António dos Santos Cidrais (Delegado do Sindicato Agrícola de Elvas e responsável pela seção de trigo e de farinha), já tinha tomado medidas, no ano anterior, para garantir “(...) a existência de pão no concelho, de modo que este género de primeira necessidade não faltasse ao povo (...).”¹⁹ Uma das suas medidas procurou remover as

¹⁸ Ver Tabela 1, os preços dos principais géneros alimentícios, no concelho de Elvas, entre 1917 e 1920 (em escudos, Kgs., litros e dúzia).

¹⁹ *Correio Elvense*, 16 de Outubro de 1917, p.1.

graves dificuldades na compra do grão, sendo auxiliada pelo Sindicato Agrícola de Elvas, Companhia de Moagens a Vapor, entre outras.²⁰

O contrabando de pão ou de trigo preocupavam as autoridades locais, nomeadamente, a Comissão Distrital de Subsistências e a Comissão de Subsistências do concelho. Em 1918, o jornal *O Leste* noticiava o seguinte: “(...) *está-se confirmando a preocupação da direcção quanto á saída do nosso pão para outros concelhos, (...) principalmente por Santa Eulália e Barbacena (...), o que seriamente compromete o futuro do abastecimento do nosso concelho. E este comércio ilícito é criminoso em absoluto, pela falta de civismo dos prevaricadores (...).*”²¹

No mês de Agosto, a Direcção Administrativa do Celeiro Municipal do concelho de Elvas publica o Decreto nº4:638, fixando o preço do pão de luxo fabricado com farinha de 1ª qualidade, ao preço de \$50 cada quilograma e do pão fabricado com farinha de 2ª qualidade, por \$18. No mês seguinte, publica o Decreto nº4:765, declarando obrigatório o manifesto do feijão existente no concelho.²² Todas as medidas implementadas pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Elvas e a Comissão de Subsistências contribuíram para diminuir a escassez dos bens de primeira necessidade. Elvas conseguiu abastecer outras regiões do país e ainda os celeiros municipais de regiões vizinhas.²³

No pós-guerra (1919-1922), a escassez de géneros de primeira necessidade, a especulação, o contrabando, a miséria e a instabilidade social perpetuam-se de forma intensa. Segundo um ofício, do mês de Junho de 1919, da Comissão Distrital de Subsistências para o Sr. Administrador do concelho de Elvas, a situação em que a cidade se encontra é grave, por haver falta de pão.²⁴ Uns meses depois, solicita ao Sr. Comandante da Guarda Fiscal em Elvas, que este tome rigorosas providências com o

²⁰ *Idem, Ibidem.*

²¹ *O Leste*, 11 de Agosto de 1918, p.2.

²² AME, Guia de Trânsito dos produtos agrícolas (1918-1920), Edital publicado, no dia 02 de Agosto e 09 de Setembro de 1918, pela Direcção Administrativa do Celeiro Municipal de Elvas.

²³ *O Leste*, 18 de Agosto e 01 de Setembro de 1918, p.1.

²⁴ ADP, Livro de correspondência expedida da Comissão Distrital de Subsistências (1918-1919), Maço 52, Ofício nº190 de 01 de Junho de 1919 da Comissão Distrital de Subsistências para o Sr. Administrador do concelho de Elvas. Ainda no semanário independente, *Vida Nova*, era noticiado o seguinte: “*Permita-me que comece esta com um grito de Alérta ao povo do concelho de Elvas que ficamos sem pão! (...)*” in *Vida Nova*, 05 de Outubro de 1920, p.2.

intuito de evitar a exportação de porcos para Espanha.²⁵ Em 1921, um ofício enviado pelo Sr. Administrador do concelho para o Governador Civil, comunicava os sucessivos assaltos e alterações da ordem pública na região de fronteira.²⁶

“Caixeiros, a pé!”: As reclamações dos caixeiros elvenses (1914-1923)

A somar à instabilidade económica, a insatisfação dos operários e dos comerciantes constituíram uma realidade durante a Primeira República. Com a entrada na Primeira Guerra Mundial, sucederam-se inúmeras reclamações por melhores horários de trabalho, salários e condições de vida. Os caixeiros, entendidos como empregados de balcão ou de comércio, começaram a organizar-se em associações e a discutir um conjunto de temas relacionados com a sua profissão, contestando, reclamando e preparando congressos, conferências e greves.

Em 1907, a questão do direito ao descanso semanal dos empregados é debatida na Câmara dos Senhores Deputados, sendo decretada a lei do descanso semanal a 14 de Outubro do mesmo ano.²⁷ No entanto, a contestação prolongou-se em 1910/11, afirmando estes que esta lei deveria ser acordada com os seus patrões.²⁸ No concelho de Elvas, a situação não era diferente. Em 1905 é criada a Associação de Classe dos Caixeiros de Elvas. Os Estatutos da Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria de Elvas estipulavam os seguintes objectivos: 1º estudar e defender os interesses económicos dos seus associados; 2º prestar auxílio fraterno aos sócios; 3º criar aulas e promover conferências; 4º corresponder-se com as diversas associações, cooperando com elas sempre que a assembleia geral reunisse e, 5º funcionar como corporação consultiva, sempre que fosse mandado pelo governo.²⁹

Dos fundadores da associação, destacam-se: Ernesto Almeida, director de inúmeras gerências e membro de várias comissões; Francisco Vicente Branco, com

²⁵ ADP, Livro de correspondência expedida da Comissão Distrital de Subsistências (1919-1920), Maço 52, Ofício nº324 de 20 de Dezembro de 1919 da Comissão Distrital de Subsistências ao Sr. Comandante da Guarda Fiscal em Portalegre e Elvas.

²⁶ ADP, Livro de correspondência expedida da Comissão Distrital de Subsistências (1920-1921), Maço 52, Ofício de 08 de Agosto de 1921 da Comissão Distrital de Subsistências ao Sr. Administrador do concelho de Elvas.

²⁷ Durante o debate, afirmavam o seguinte: “(...) É necessário, portanto, dar a esses empregados o descanso semanal, mas em condições de haver maior probabilidade para elles de recuperarem o oxygenio perdido durante o trabalho da semana (...)” in *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Sessão nº23 de 6 de Fevereiro de 1907, p.7.

²⁸ *O Século*, 12 de Janeiro de 1911, p.1.

²⁹ Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), Repartição do Comércio, Processo nº361, Associação de Classe dos Empregados no Comércio e na Indústria de Elvas, 1905.

uma participação activa na regulamentação do descanso semanal; Lapa Júnior; António Joaquim Candeias, Carlos Leandro e Rui Fosado, director do quinzenário *Solidariedade*, defensor dos caixeiros em Elvas.³⁰ Todos defenderam os interesses dos caixeiros e lutaram contra os patrões por causa do descanso semanal.

Ilustração 2 - Fundadores da Associação de Classe dos Caixeiros de Elvas



Ernesto Almeida



**Francisco
Vicente Branco**



Lapa Júnior



**António Joaquim
Candeias**



Carlos Leandro



Rui Forsado

Entre 1914 a 1918, continua a discussão da lei de descanso semanal e a procura de soluções para colmatar as dificuldades sentidas pela guerra. Segundo o jornal *Solidariedade* (um quinzenário defensor dos caixeiros portugueses), “(...) a guerra veio dificultar imenso a situação económica das classes trabalhadoras, sem outro meio de suprir às necessidades cotidianas que não (...) o seu braço produtor. (...)”.³¹ No decorrer do pós-guerra, surgem diversos apelos para a união dos caixeiros reunirem forças para continuar a defender as conquistas que conseguiram e a lutar

³⁰ *Solidariedade*, 09 de Março de 1919, p.1.

³¹ *Idem*, 05 de Maio de 1918, p.1.

para o aumento dos salários.³² A título de exemplo, o jornal *Solidariedade* redige, no dia 24 de Novembro de 1918, a seguinte notícia: “(...) *Caixeiros de todo o país, acordai! Depressai já esse letargo vergonhoso em que até aqui tendes vivido. (...)*”.³³

Ilustração 3 – Apelos dos caixeiros elvenses para a defesa dos seus interesses



Fonte: *Solidariedade*, 21 de Abril de 1918, p.1.

No decorrer de 1919 são fixadas as 8 horas de trabalho para o proletariado do comércio e da indústria.³⁴ Segundo o artº15, todo o patrão que infringisse as disposições deste diploma seria punido com multa na importância dos salários ou remunerações.³⁵ Para os caixeiros de todo o país este decreto representou um avanço na luta do proletariado. Houve a necessidade de defender o cumprimento do mesmo, através da organização de uma série de comícios e sessões de propaganda.³⁶ Em Elvas, os caixeiros ficaram agitados com esta notícia, realizando uma reunião magna na sede da sua associação. Na reunião resolveram lembrar à associação comercial a conveniência da regularidade do horário de abertura e encerramento dos estabelecimentos; a necessidade de apoiar as autoridades para o cumprimento integral do decreto e, por último, chamar a atenção para a união de todos os caixeiros.³⁷

³² *Solidariedade*, 21 de Abril de 1918 e 27 de Outubro de 1918, p.1.

³³ *Idem*, 24 de Novembro de 1918, p.2.

³⁴ Segundo o artº1 do decreto nº5.515, “o período máximo do trabalho diário, nocturno ou misto, dos trabalhadores e empregados do Estado, das corporações administrativas e do comércio e indústria, com excepção dos rurais e domésticos, do continente da República e ilhas adjacentes, não poderá ultrapassar oito horas por dia, nem quarente e oito horas por semana.” in *Solidariedade*, 11 de Maio de 1919, p.3.

³⁵ *Idem*, *Ibidem*.

³⁶ *Idem*, 01 de Junho de 1919, p.1.

³⁷ *Idem*, 11 de Maio de 1919, p.2.

Ilustração 4 – Defesa da Jornada de 8 horas de trabalho



Fonte: *Solidariedade*, 01 de Junho de 1919, p.1.

Os elvenses pretendiam apenas o reconhecimento dos seus direitos e deveres perante o patronato. Iam em direcção às ruas para protestar contra as injustiças e “gritar” por melhores condições, preocupando-se até com os colegas de outras cidades ou regiões, como por exemplo os de Lisboa, Porto, Beja, Torres Novas, Azambuja ou Setúbal. No dia 18 de Julho de 1920, o jornal *Solidariedade* redigia a seguinte notícia: *“Em Setúbal e Azambuja desenrolaram-se há dias acontecimentos duma certa gravidade, em que alguns trabalhadores perderam a vida. A causa do levantamento popular, que ocasionou o morticínio dos operários, foi o constante agravamento do preço em todos os géneros de primeira necessidade (...).”*³⁸

No decorrer de 1922 e 1923, para além dos caixeiros elvenses reclamarem porque os seus patrões ainda não cumpriam a lei das 8 horas de trabalho, também enfrentavam dificuldades económicas, provocadas pelos salários baixos. Segundo o jornal *Solidariedade*, os caixeiros viviam tão mal ou pior do que o operariado.³⁹ Por isso, lutavam pela melhoria dos salários, de forma a enfrentar a carestia de vida. A luta pelos direitos e deveres no trabalho era a única forma que os caixeiros encontravam para chamar a atenção do Estado português e dos seus patrões, sempre numa tentativa de manter o equilíbrio e a harmonia entre todos.

Um outro debate que surge no seio da associação de classe dos caixeiros de Elvas é o corporativismo. Para os caixeiros elvenses, o empregado de comércio devia agregar em si todos os elementos da ordem e imprimir, às organizações, método e experiência, de modo a impulsionar a prosperidade dos estabelecimentos.⁴⁰ A 10 de Abril de 1921 são promulgados os Estatutos da Cooperativa de Produção e Consumo dos Trabalhadores Rurais de Terrugem. Segundo os seus artigos, era constituída uma

³⁸ *Solidariedade*, 18 de Julho de 1920, p.3.

³⁹ *Idem*, 31 de Outubro de 1922, p.1 e 10 de Junho de 1923, p.1.

⁴⁰ *Idem*, 18 de Setembro de 1921, p.2.

cooperativa de produção e consumo com o intuito de adquirir géneros alimentícios e utensílios necessários ao trabalho dos seus associados.⁴¹

Conclusão

Em síntese, se as consequências económico-sociais, provenientes de um contexto de guerra, assolaram o concelho de Elvas (a partir do ano de 1916) é essencialmente durante o período do pós-guerra (ainda no ano de 1918) que assume maiores repercussões. A somar às dificuldades económicas, a insatisfação das classes trabalhadoras, como o caso dos caixeiros, começaram a sortir efeitos na região de Elvas. A preocupação dos caixeiros elvenses, entre 1914 a 1923, girava em torno da defesa dos seus direitos, o reconhecimento da sua valorização e, principalmente, a união e a força de todos os trabalhadores, porque as suas palavras de ordem eram: “Caixeiros, a pé! Vivam os povos livres! Vivam os trabalhadores de todo o mundo!”.⁴² Nesse sentido, pode-se afirmar que, o concelho de Elvas, ao contrário do que sucedeu em outras regiões do país, só sentiu verdadeiramente o impacto da Primeira Guerra Mundial quando esta estava a caminho do fim.

⁴¹ *Idem, Ibidem.*

⁴² *Idem*, 24 de Novembro de 1918, p.1 e 15 de Junho de 1919, p.1.

Fontes

Arquivos

Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

Arquivo Distrital de Portalegre

Arquivo Municipal de Elvas

Periódicos

A Fronteira

Correio Elvense

O Leste

O Século

Solidariedade

Vida Nova

Documentação de outras entidades

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa (1907)

Diário da Câmara dos Deputados (1915)

Estatística Comercial Comércio e Navegação, Lisboa, Imprensa Nacional (1915-1918).

Portugal, Direcção Geral de Estatística, Repartição de Estatística Agrícola, *Estatística Agrícola de 1916*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917.

Bibliografia

SENA, Arlindo, “Notas históricas sobre a Primeira República em Elvas” in *Elvas Caia: Revista Internacional da Cultura e Ciência da Câmara Municipal de Elvas*, Lisboa, Colibri, 2007, pp.135-147.